



## Conselho Estadual de Assistência Social do Pará.

### RESOLUÇÃO CEAS Nº 005/2023, DE 02 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação da ata da reunião anterior, ocorrida em 19 de janeiro de 2023.

O **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS** no uso da competência que lhe conferem a Lei n.º 5.940, de 15 de janeiro de 1996 - Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado do Pará e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** artigo 1º do Regimento Interno do CEAS,

**CONSIDERANDO** o inciso XI do artigo 4º do Regimento Interno do CEAS,

**CONSIDERANDO** artigo 20 do Regimento Interno do CEAS,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a ata da reunião ordinária ocorrida em 19 de janeiro de 2023 apresentadas aos conselheiros estaduais de assistência social juntamente da convocatória da reunião ordinária do mês de fevereiro do ano de 2023.

Parágrafo Único – Em anexo constam as atas na íntegra que deverão ser publicadas juntamente da presente resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

*Zozimo Raimundo Araujo de Sousa*

**ZOZIMO RAIMUNDO ARAUJO DE SOUSA**

Presidente em exercício do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS



ANO CXXXII DA IOE  
133º DA REPÚBLICA  
Nº 35.318

# DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado do Pará



Belém, Quinta-feira  
09 de Março de 2023

101 Páginas

## ANEXO UNICO

### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CEAS/PA – ANO 2023.

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil de vinte e três,, às 09:30 hs de maneira híbrida deu-se início à primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Assistência, na modalidade híbrida, sendo presidida pelo vice presidente do CEAS, presidente em exercício, conselheiro Zózimo Raimundo Araújo de Souza, representante do Sindicato dos Assistentes Sociais do Pará/SINASPAS, que deu início à reunião após ser informado pela Secretaria Executiva do alcance de quórum para deliberação. Estiveram presentes de maneira presencial: Zózimo Araújo, titular do SINASPAS, Eliane Farias de Miranda, suplente da Secretaria de Estado de Saúde Pública/SESPA, equipe da secretaria executiva: Iracema Azevedo, Secretária Executiva, Benedito Pimentel, Técnico de Referência do CEAS, Luciana de Lucca, Administrativo do CEAS; participaram remotamente da reunião: Valdo Divino da Silva Filho, suplente da SEASTER; Ivete de Fátima Ferreira Brabo, suplente da SEDUC; Ana Rosa Ferreira de Oliveira, suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca/SEDAP; Jeanete da Silva Gomes, suplente da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH; Maria Vilma Costa de Moraes, suplente da Fundação de Atendimento Sócioeducativo do Pará FASEPA; Claudionor da Silva Araújo, titular da Associação de Deficientes Físicos de Santarém/ADEFIS; Warlison de Oliveira Castro, suplente da ADEFIS; Penpkoti Hompykti Valdenilsson, suplente da Associação Indígena Te-Mem Papytarkate Akratikateje da Montanha; Rozeleide Mafra Reis, Titular da Central de Trabalhadores do Brasil/CTB; Edivaldo Ribeiro de Lima, titular do Movimento de luta das Pessoas com Deficiências da Região Carajás; Ana do Socorro Mendes, suplente do Movimento de luta das Pessoas com Deficiências da Região Carajás; José Ocean Nunes Rodrigues, titular da Associação de Deficientes do Oeste do Pará/ADOP; Wellington Abreu de Miranda, suplente da ADOP; Ângela de Fátima dos Santos Costa, Titular do Sindicato dos Servidores Públicos das Fundações e Entidades Assistenciais e Culturais no Estado do Pará/SINDIFEPA; Helaine Rosy da Costa Silva, suplente da ADOP; Margarida Sousa de Oliveira, titular da Associação Afrodescendente do Pará/MOCAMBO; Edenilza Borges Siqueira, suplente ADOP. Participaram sem direito a voto: Raimunda Pereira, indicada pelo titular da SEDAP, e Fernanda Mousinho da COHAB, representando o Dr. Luis Andre Guedes da DIPEN/COHAB que substituirá a conselheira Monique Antunes da Costa, sendo orientada a formalizar junto ao CEAS tal troca para que possam ser encaminhadas as providencias necessárias para nomeação através de decreto de substituição, e assim a substituição possuir valor legal. Registra-se ausência dos representantes: Secretaria de Estado de Planejamento e

Administração/SEPLAD; Secretaria de Estado de Cultura/SECULT. O presidente em exercício saúda a todos os participantes informando a pauta do dia: 1. Informes; 2. Aprovação da ata anterior; 3. Aprovação da reprogramação de saldos; 4. Aprovação da Resolução de regulamentação do processo conferencial 2023; 5. Aprovação do Projeto técnico às Conferências Municipais; 6. Aprovação do Calendário de reuniões e atividades do CEAS; 7. O que ocorrer. Houve relato dos conselheiros, Claudionor e Roseleide que se encontram com dificuldade de ouvir o áudio. Após as recomendações aos conselheiros com dificuldade, o presidente em exercício consulta os presentes sobre possíveis objeções ou alterações a serem feitas, houve manifestação prévia do representante da SEASTER sobre a retirada da pauta do dia o item 3. “APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS”, sendo confirmada pelo conselheiro Valdo Filho, conselheiro suplente da SEASTER. Após o presidente em exercício passa à primeira Pauta do dia: 1. INFORMES: consulta os presentes sobre quem teria informes a prestar, de imediato o conselheiro Valdo Filho, pede a palavra informando inicialmente elogio do trabalho desenvolvido pelo CEAS, coordenado pelo conselheiro Zózimo, no que diz respeito à organização e antecipação da entrega de todos os documentos com antecedência possibilitando as tramitações em tempo hábil e necessário para que tudo dê certo. Os processos de PVS de diárias e passagens foram devolvidos porque o sistema do Estado não estava aberto, ele foi aberto no dia 15 pela tarde, mas ainda com muita oscilação, os dados tendo que migrar do sistema anterior do SIAFEN ao novo sistema do SIAFEN que foi implantado, ele informa que podem tramitar novamente os processos para que a gente consiga cumprir os prazos direitinho e consiga executar as ações conforme planejado. Em seguida o presidente em exercício consulta novamente os presentes sobre quem teria mais informes a prestar, sem manifestação dos presentes, ele passa a palavra à secretaria executiva, antes disso a conselheira, Edenilza Siqueira, suplente do MOCAMBO pede a palavra pra fazer um informe/convite, o presidente em exercício cede então a palavra à referida conselheira que informa que está fazendo um encontro estadual do MOCAMBO nos dias 20 e 21 de janeiro de 2023, no sábado, sexta feira a partir das 16 hs e no sábado durante o dia inteiro, no centro de integração, e convida os conselheiros a participarem. Em seguida a secretária executiva, Iracema Azevedo faz uso da palavra para prestar alguns informes começando pelo informe do CNAS, no mês de dezembro o CEAS recebeu convite para participar de oficina de trabalho, do segmento representante dos trabalhadores do CNAS, com o tema: Resolução CNAS nº 006/2021, a ocorrer no dia 07 de fevereiro de 2023, de maneira virtual no horário de 10:00 às 16:00 hs, para isso ele solicita um representante do CEAS e um representante dos conselhos municipais; o Ministério da Cidadania e diretoria executiva do plano nacional de assistência social estão divulgando o SIPC - Sistema Integrado de Prestação de Contas, ferramenta de acompanhamento do saldo e execução dos recursos da assistência Social, ele fará parte do REDESUAS. Informa ainda nota de repúdio aprovada em última reunião ordinária do CNAS referente ao Orçamento para 2023. Informa também que o CNAS criou um grupo de estudo do segmento de usuários da assistência social com o objetivo de estudar os pontos necessários para alteração e adequação da resolução CNAS nº.11/2015 que caracteriza os usuários, seus direitos, sua participação na política pública de assistência social e no sistema único de assistência social. O CNAS publica resolução que convoca a XIII Conferência Nacional de Assistência Social, com os seguintes eixos: 1. Financiamento; 2. Controle Social; 3. Articulação entre os segmentos; 4. Serviços, programas e projetos; 5. Benefícios e Transferência de renda. O CNAS manifesta sua indignação e repúdio

ao ato terrorista de invasão aos três poderes da República Federativa do Brasil, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 08 de janeiro de 2023. O FONACEAS convoca Presidente e Secretários Executivos para participação de reunião ampliada do FONACEAS e reunião ordinária do CNAS a ocorrer no período de dia 08 a 10 de fevereiro de 2023, em Brasília/DF. O FONACEAS enviou uma minuta de nota recomendativa quanto a potencialização da participação do segmento usuários a política pública de assistência social. O FONACEAS enviou ao CEAS uma nota pública de manifestação de repúdio ao ato criminoso, terrorista e antidemocrático ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023. O CEAS enviou ofício à SEASTER ofício solicitando apoio técnico para o processo conferencial e convida para participação das oficinas de nivelamento que ocorrerá nos dias 02 de 03 de março de 2023. O CEAS, através de sua secretaria executiva, tem acompanhado todo o processo de organização do encontro do FONACEAS em Belém que ocorrerá no dia 28 de fevereiro e 01 de março de 2023, no CENTUR. E equipe de secretaria do CEAS está fazendo busca ativa em todos os 144 municípios para atualização de presidente, vice-presidente e secretaria executiva para facilitar e agilizar o contato com os municípios sempre que necessário, em seguida ela passa a palavra ao presidente em exercício. Em seguida o presidente em exercício retoma e reforça necessidade de indicação de um representante do segmento trabalhadores do SUAS para participação da oficina de trabalho informa pela secretaria executiva, em seguida e consulta os presentes sobre a definição ser de imediato ou se fica para ser tratado no “o que ocorrer”. A conselheira Jeanete indaga se estão presentes todos os representantes do segmento o presidente em exercício faz a contagem e confirma a presença de todos, o SINASPA se abstém de participar da oficina, ficando a decisão para o final da reunião. Em seguida o presidente retoma a palavra dando encaminhando para os próximos pontos de pauta, e reafirma que como os documentos foram todos disponibilizado com antecedência, quando forem colocados em pautas já não serão lidos integralmente, pois pressupõe-se que já foram lidos previamente e serão debatidos pontualmente quando houver necessidade de retificação, esclarecimentos ou algo do tipo, em seguida colocou o item 2. **“APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR”** em pauta, a conselheira Jeanete chama atenção para alguns ajustes de digitação somente, sem problemas de conteúdo. Em seguida é colocada em votação: votaram favoravelmente: SEASTER, conselheiro Valdo Filho; SEDUC, conselheira Ivete, com adendo de que nos informes iniciais, colocar o nome dos conselheiros que participaram do evento externo; SEDAP, conselheira Ana Rosa; SEJUDH, conselheira Jeanete; FASEPA, conselheira Vilma; Movimento de Luta da Pessoa com Deficiência da Região do Carajás, conselheiro Edivaldo; ADOPE, conselheiro Ocean; SINASPA, conselheiro Zózimo; SINDFEPA, conselheira Ângela, MOCAMBO, Margarida/Edenilza; SESP, conselheira Eliane Farias; ADEFIS conselheiro Claudionor, manifestou no chat; CTB, conselheira Roseleide Mafra, não conseguiu manifestar. Estiveram ausentes: SEPLAD, Associação Indígena, **sendo APROVADA** a ata da reunião anterior, em seguida passou-se item 4 pauta: **“APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO CONFERENCIAL 2023”**, sem seguida ele abre para manifestação dos conselheiros quanto a observações e esclarecimentos. A conselheira Eliane Farias chama atenção para o artigo 4º, é uma dúvida, mas precisa ficar bem compreensível quando se trata

de conferência municipal e regional. Quando o município não realizar a conferência municipal, ele aí poder participar da conferência regional? Ela fala ainda das comissões temáticas: comissão de infra-estrutura, comissão de mobilização e e comunicação, e aí são colocadas as atribuições, sugestão seria desmembrar as atribuições individualmente para cada comissão. A conselheira Edenilza fala do Artigo 7º fala a respeito dos representantes de organizações de assistência social, eu perguntaria quais os critérios de comprovação municipal que estas entidades são organizações de assistência social, a mesma situação para os usuários, em seguida o presidente em exercício indaga se alguém mais tem alguma dúvida ou colocação a fazer. Sem manifestação de mais conselheiros, o presidente em exercício começa a prestar os esclarecimentos, iniciando pelos delegados para a as conferências regionais, citando o artigo 13, no inciso I, os delegados das conferências regionais deverão ser definidos nas conferências municipais, em relação as atribuições das subcomissões, está sendo propostas atribuições mais gerais e bem objetivas, sem haver o entendimento de que seja necessária tal divisão. Em seguida ele coloca em votação: Proposta I Manutenção do texto apresentado; Proposta II alteração do texto original. Votaram em favor da Proposta I SEASTER, SEASTER, conselheiro Valdo Filho; SEDUC, conselheira Ivete, com adendo de que nos informes iniciais, colocar o nome dos conselheiros que participaram do evento externo; SEDAP, conselheira Ana Rosa; SEJUDH, conselheira Jeanete; FASEPA, conselheira Vilma; Movimento de Luta da Pessoa com Deficiência da Região do Carajás, conselheiro Edivaldo; ADOPE, conselheiro Ocean; SINASPA, conselheiro Zózimo; SINDFEP, conselheira Ângela, MOCAMBO, Margarida/Edenilza; ADEFIS conselheiro Claudionor, manifestou no chat; CTB, conselheira Roseleide Mafra, manifestou no chat. Proposta II SESP, conselheira Eliane Farias. Estiveram ausentes na votação: SEPLAD, Associação Indígena, **sendo APROVADA A MAUTENÇÃO DO TEXTO**. Após ele passa ao item 5 pauta que foi **“APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO ÀS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS”**, a conselheira Jeanete solicita o esclarecimento sobre a execução financeira, memória de cálculo. Em seguida o presidente em exercício presta os esclarecimentos quanto ao cálculo de diárias e passagens. Em seguida ele fala da composição das sub-comissões, técnico científica, infraestrutura e a mobilização. Colocado em VOTAÇÃO, APROVADO POR UNANIMIDADE. Em seguida ele consulta os conselheiros sobre a composição das mesmas, se propõe a participar: Comissão técnico científica: Ivete, SEDUC e Eliane, SESP. Comissão de infraestrutura: Elaine, SINDFEP, Ana Rosa e Raimunda Pereira, SEDAP, Edenilza MOCAMBO. Comissão de Mobilização: Welinton, ADOP, Claudionor ADEFIS. Em seguida o presidente em exercício fala das oficinas virtuais de alinhamento do processo conferencial a ser realizada de maneira regional junto aos municípios: Araguaia, Baixo Amazonas e Guajará dias 06 e 07 de março pela manhã; Marajó, Rio Caeté e Tapajós dias 09 e 10 de março pela manhã; Carajás Guamá e Lago de Tucuruí 06 e 07 de março pela tarde; Tocantins, Rio Capim e Xingu dias 09 e 10 de março pela tarde. Em seguida ele solicita auto indicação aos conselheiros para participação das oficinas. A conselheira Ivete sugere a autoindicação para reunião as oficinas de alinhamento dos conselheiros, sendo acatado por todos os presentes. Em seguida ele fala da necessidade de autoindicação conforme disponibilidade para acompanhamento das conferências municipais e regionais deixando para o encontro de alinhamento as definições, sendo acatado por todos. Em seguida faz apresentação do TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCESSO CONFERENCIAL 2023, com todas as informações referente ao material e serviços necessários, períodos de realização das conferências, presta

todos os esclarecimentos solicitados. Após coloca em VOTAÇÃO, sendo APROVADO POR UNANIMIDADE. Em seguida ele passa item 6 da pauta: “APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES E ATIVIDADES DO CEAS”. O conselheiro Warlison, a ADEFIS, pergunta se há definição prévia de reuniões presenciais e online, o presidente em exercício esclarece que todas as reuniões são prevista presencialmente, o que não impossibilita, dependendo da necessidade que alguma reuniões sejam realizadas de maneira online. Conselheiro Valdo fala do período conferencial anterior onde algumas reuniões foram realizadas de maneira virtual devido alguns conselheiros estarem acompanhando conferencias municipais. Após os devidos esclarecimentos foi colocado em votação, sendo APROVADO por UNANIMIDADE. Em seguida o presidente em exercício passa ao item 7 da pauta “O QUE OCORRER”, onde há a necessidade de confirmar a indicação do representante do segmento de trabalhadores a participar da oficina de trabalho. O SINASPA abre mão da participação, ficando a cargo da CTB e SINDIFEPA a definição, sendo definida a conselheira Helaine Rosy da Costa Silva, do SINDFEPA. Em seguida, antes do encerramento da reunião o conselheiro Edvaldo do Movimento de Luta das Pessoas com Deficiência do Carajás se dirige ao presidente em exercício indagando acerca da denuncia oriunda do CMAS de Parauapebas, encaminhada ao CEAS, se haveria algo a relatar, ou algum encaminhamento para que pudesse dar uma devolutiva aos conselheiros locais, presidente em exercício informa que foi encaminhado para a comissão, não foi feita devolutiva porque no entendimento da comissão de acompanhamento aos conselhos que avaliou a situação e entendeu que estavam nos comunicando do afastamento dele e colocando a situação das entidades lá, esse entendimento que a comissão de acompanhamento teve, mas acho que podemos fazer a devolutiva, e se houver necessidade reúne novamente a comissão de acompanhamento, mesmo virtual, toma uma deliberação, e a secretaria executiva encaminha para Parauapebas o resultado da deliberação, ele reforça ainda a inexistência de uma relação hierárquica entre os conselhos por conta da descentralização política administrativa que está na LOAS, nenhum conselho municipal está submisso ou hierarquicamente submetido ao conselho estadual, ou seja não temos como intervir nas situações dos conselhos, o papel nossa é assessorar, orientar, e no caso como foi uma pauta nesse dia, pois estavam elaborando as atribuições das comissões, ele sugere que a comissão de acompanhamento se debruce novamente no material apresentado para um posicionamento e posteriormente se encaminhamento devolutiva ao município. Devido à urgência do assunto ele sugere que após a comissão de acompanhamento analisar o pedido de Parauapebas, que seja encaminhamento seu posicionamento para a mesa diretora, e a mesa diretora então, concordando ou discordando encaminha para a secretaria executiva que encaminhará a devolutiva, sendo acatado pelos conselheiros presentes. Sem nada mais a tratar a reunião foi encerrada sendo lavrada a presente ata a partir do áudio gravado da reunião, por mim, Benedito Pimentel, técnico de Referência do CEAS. Belém, 23 de janeiro de 2023.